

# Prova Objetiva de Direito

## PROCESSO SELETIVO PÚBLICO PARA INGRESSO NO PROGRAMA DE ESTÁGIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL NO PARÁ

### ATENÇÃO:

- Preencha cuidadosamente o cartão de respostas, indicando seu nome, número de inscrição e assinatura. Ao assinalar a alternativa faça-o com um X ou de forma a preencher toda a letra escolhida;
- Não haverá substituição do Cartão de Resposta por erro do candidato, quando houver marcação rasurada, emendada, campo de marcação não preenchido integralmente ou que ultrapasse os limites do campo;
- **Não deixe de assinar a folha de presença, pois a falta de assinatura, mesmo se apresentado o cartão de respostas, implicará a exclusão do processo seletivo;**
- A prova terá duração de 3h30min (três horas e trinta minutos), contadas da autorização dos fiscais de sala para o início da prova;
- Você poderá, decorridas uma hora e meia de prova, levar o seu caderno de questões. Se pretender entregar o cartão de respostas antes do tempo mínimo, deverá deixar os cadernos de provas objetiva e subjetiva com o fiscal de mesa, mas poderá anotar o seu gabarito;
- Nos dois dias úteis seguintes ao de realização da prova (entre 14 e 18h), você poderá obter seu caderno de questões na sede da Procuradoria da República;
- Antes de iniciar a prova, verifique atentamente o caderno de questões, a fim de verificar eventual problema de impressão;
- Não será permitida qualquer forma de consulta durante a realização desta prova;
- Não será permitido o uso de celulares ou qualquer outro meio de comunicação durante o tempo de realização da prova, devendo tais aparelhos permanecerem desligados.
- Todas as informações sobre este processo seletivo estão publicadas em: [www.mpf.mp.br/pa/estagie-conosco](http://www.mpf.mp.br/pa/estagie-conosco)

**Tenha calma ao ler as questões e boa prova!**

*Agradecendo sua participação, desejamos a você um ótimo desempenho na prova.*

# MPF

Ministério Público Federal  
Seu direito, nosso dever.

**QUESTÃO 1:**

Qual é o prazo para o oferecimento da denúncia de acordo com a regra geral do processo penal brasileiro, quando o réu está preso?

- a) 15 dias a partir da data do flagrante.
- b) 10 dias a partir da data em que o Ministério Público recebe os autos do inquérito.
- c) 10 dias a partir da data do flagrante.
- d) 5 dias a partir da data em que o Ministério Público receber o inquérito policial.
- e) 30 dias a partir da data do indiciamento.

**QUESTÃO 2:**

Qual das seguintes afirmações sobre o inquérito policial está **incorreta**?

- a) O inquérito policial pode ser arquivado diretamente pelo delegado de polícia quando não houver indícios de autoria.
- b) O inquérito policial é um procedimento administrativo, de caráter inquisitorial e sigiloso.
- c) O inquérito policial pode ser dispensado quando houver elementos suficientes para a propositura da ação penal.
- d) O prazo para a conclusão do inquérito policial é de 10 dias se o indiciado estiver preso e de 30 dias se estiver solto, podendo ser prorrogado.
- e) Os instrumentos do crime, bem como os objetos que interessarem à prova, acompanharão os autos do inquérito.

**QUESTÃO 3:**

Qual das seguintes afirmações sobre os requisitos da prisão preventiva está **correta**?

- a) A prisão preventiva pode ser decretada mesmo sem indícios suficientes de autoria do crime, desde que haja risco para a ordem pública.
- b) A prisão preventiva pode ser decretada para garantir a ordem pública, a ordem econômica, a conveniência da instrução criminal ou para assegurar a aplicação da lei penal, desde que presentes prova da existência do crime e indício suficiente de autoria.
- c) A prisão preventiva pode ser decretada para crimes dolosos punidos com pena privativa de liberdade mínima superior a 4 anos, desde que presente os outros requisitos.
- d) A prisão preventiva não pode ser substituída por medidas cautelares diversas, mesmo que estas sejam suficientes para atender às finalidades da prisão.
- e) A decisão que decretar, substituir ou denegar a prisão preventiva dispensa motivação.

**QUESTÃO 4:**

João foi condenado a 2 anos de prisão, com decisão transitada em julgado em março de 2022, em razão do crime de desmatamento (art. 50-A da Lei 9.605/98) praticado em janeiro daquele ano. Hoje, no seu aniversário de 23 anos, João recebeu a intimação para iniciar o cumprimento da pena. Nesse sentido, marque a opção **correta**:

- a) A prescrição da pretensão executória no caso de João ocorre em 3 anos, contados a partir da data do fato.
- b) A prescrição da pretensão executória no caso de João ocorre em 5 anos, contados a partir da data do fato.
- c) A prescrição da pretensão executória no caso de João ocorre em 2 anos, contados a partir da data da sentença condenatória.
- d) A prescrição da pretensão executória no caso de João ocorre em 2 anos, contados a partir da data do fato.
- e) O crime praticado por João está prescrito.

**QUESTÃO 5:**

João, 25 anos, capaz, sem qualquer tipo de deficiência, foi vítima de um crime de estelionato cometido por José em março de 2024. João deseja processar criminalmente José, mas não tem certeza sobre os procedimentos corretos para iniciar a ação penal. Nesse sentido, qual das seguintes afirmações está **correta** em relação à ação penal no caso de estelionato?

- a) João deve procurar o Ministério Público para que este ofereça a denúncia contra José, pois o crime de estelionato é de ação penal pública incondicionada.
- b) João deve apresentar uma queixa-crime, pois o crime de estelionato é de ação penal privada.
- c) João deve procurar o Ministério Público, pois o crime de estelionato é de ação penal pública condicionada à representação.
- d) João deve procurar um advogado para iniciar um processo cível contra José antes de qualquer procedimento criminal.
- e) João não tem o direito de representar, sendo necessário que a autoridade policial instaure o inquérito de ofício.

**QUESTÃO 6:**

Em um processo civil, a sentença foi disponibilizada no Diário da Justiça Eletrônico no dia 2 de maio de 2024, quinta-feira. A parte sucumbente deseja interpor recurso de apelação contra essa sentença. Considerando as regras do Código de Processo Civil, é essencial que o recurso seja interposto dentro do prazo legal para ser considerado tempestivo. Qual é a data limite para a interposição do recurso de apelação nesse caso?

- a) 7 de maio de 2024.
- b) 17 de maio de 2024.
- c) 24 de maio de 2024.

- d) 27 de maio de 2024.
- e) 29 de maio de 2024.

**QUESTÃO 7:**

Considerando as hipóteses de atuação do Ministério Público no processo civil, qual das seguintes afirmações está **incorreta**?

- a) O Ministério Público deve intervir nos processos em que há interesse de incapazes.
- b) O Ministério Público deve atuar em todos os processos de direito de família, independentemente da presença de interesse público.
- c) O Ministério Público deve intervir nos processos que envolvam litígios coletivos pela posse de terra rural ou urbana.
- d) O Ministério Público deve intervir nos processos em que há interesse público, como ações civis públicas e ações de improbidade administrativa.
- e) O Ministério Público deve intervir nos processos em que há interesse social, como litígios sobre questões ambientais.

**QUESTÃO 8:**

O artigo 4º do Código de Processo Civil dispõe que: "As partes têm o direito de obter em prazo razoável a solução integral do mérito, incluindo a atividade satisfativa".

Quais princípios esse artigo prevê?

- a) Princípios do contraditório, ampla defesa e da motivação.
- b) Princípios da primazia da decisão de mérito, celeridade processual e inafastabilidade.
- c) Princípios da publicidade, transparência e imparcialidade.
- d) Princípios da legalidade, segurança jurídica e publicidade.
- e) Princípios da celeridade, primazia da decisão de mérito e efetividade.

**QUESTÃO 9:**

Maria requereu uma tutela provisória em uma ação de obrigação de fazer, mas seu pedido foi indeferido pelo juízo. Agora, ela deseja recorrer dessa decisão.

Considerando as regras do Código de Processo Civil, qual é o recurso adequado para Maria interpor contra a decisão que indeferiu seu pedido de tutela provisória?

- a) Apelação.
- b) Embargos de Declaração.
- c) Agravo de Instrumento.
- d) Recurso Ordinário.
- e) Recurso Especial.

**QUESTÃO 10:**

Considerando os elementos obrigatórios da petição inicial previstos no Código de Processo Civil, qual das seguintes afirmações está **incorreta**?

- a) A petição inicial deve indicar a vara a que é dirigida.
- b) A petição inicial deve conter a narração dos fatos e os fundamentos jurídicos do pedido.
- c) A petição inicial deve indicar o valor da causa.
- d) A petição inicial deve conter a indicação dos meios de prova com que o autor pretende demonstrar a verdade dos fatos alegados.
- e) A petição inicial deve conter o pedido com as suas especificações.

**QUESTÃO 11:**

A República Federativa do Brasil, formada pela união indissolúvel dos Estados e Municípios, constitui-se em Estado Democrático de Direito e tem como fundamentos, **exceto**:

- a) A unicidade de poderes.
- b) A cidadania.
- c) A dignidade da pessoa humana.
- d) O pluralismo político.
- e) Os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa.

**QUESTÃO 12:**

A Constituição garante a inviolabilidade de domicílio, assegurando que ninguém pode entrar na casa de um indivíduo sem o seu consentimento, exceto em situações específicas. Diante dessa garantia, considere os seguintes cenários e identifique qual deles configura uma violação de domicílio a entrada na casa sem consentimento:

- a) Para prestar socorro.
- b) No caso de flagrante delito.
- c) No caso de desastre natural iminente.
- d) Com mandado judicial durante o dia
- e) Com mandado judicial durante a noite.

**QUESTÃO 13:**

Em uma audiência pública, o membro do Ministério Público destacou a importância de fortalecer a seguridade social no Brasil. Ele explicou que a seguridade social compreende um conjunto integrado de ações destinadas a assegurar direitos fundamentais. Com base no Art. 194, qual dos seguintes direitos é abrangido pela seguridade social?

- a) Educação.
- b) Saúde.
- c) Segurança.
- d) Cultura.
- e) Trabalho.

**QUESTÃO 14:**

Uma empresa de mineração começou a operar próximo a uma área de preservação ambiental, causando poluição ao rio que abastece várias comunidades locais. O jornal local noticiou que a licença ambiental para a referida empresa tinha vários indícios de ilegalidade. Como cidadão preocupado com o meio ambiente e com a saúde da comunidade, qual medida judicial você pode tomar diretamente para proteger o rio e responsabilizar a empresa e o poder público pela concessão da licença indevida?

- a) Ação civil pública.
- b) Ação popular.
- c) Habeas corpus.
- d) Ação direta de inconstitucionalidade.
- e) Mandado de segurança.

**QUESTÃO 15:**

Um administrador público, ao realizar a contratação de serviços para a administração, escolheu a empresa de um amigo próximo, alegando confiança na qualidade do trabalho oferecido. Considerando que é dever da Administração tomar decisões com base em critérios objetivos, prezando-se pelo interesse público, indique o princípio constitucional que versa a respeito:

- a) Legalidade.
- b) Impessoalidade.
- c) Moralidade.
- d) Publicidade.
- e) Eficiência.

**QUESTÃO 16:**

Durante a sentença, o juiz agravou a pena-base de Caio com base em um inquérito policial e duas ações penais em curso. Em sede de parecer quanto ao recurso interposto pela defesa, o membro do Ministério Público manifestou-se que a sentença violou um princípio constitucional do direito penal. Qual princípio foi violado pelo juiz?

- a) Princípio da legalidade.
- b) Princípio da anterioridade.
- c) Princípio da individualização da pena.

- d) Princípio da proporcionalidade.
- e) Princípio da presunção de inocência.

**QUESTÃO 17:**

Em 15 de janeiro, João disparou contra Carlos, causando ferimentos graves. Carlos foi internado, mas faleceu em 10 de fevereiro em decorrência dos ferimentos. Considerando o disposto no Art. 4º do Código Penal, considera-se praticado o referido crime de homicídio:

- a) Em 15 de janeiro, quando João efetuou o disparo.
- b) Em 10 de fevereiro, quando ocorreu o resultado morte.
- c) Na data do julgamento de João.
- d) Na data da denúncia oferecida pelo Ministério Público.
- e) Na data da condenação de João.

**QUESTÃO 18:**

O Código Penal elenca hipóteses de exclusão de ilicitude, não havendo crime quando a conduta é praticada sob as seguintes alegações, **exceto**:

- a) Estado de necessidade.
- b) Legítima defesa.
- c) Estrito cumprimento do dever legal.
- d) Exercício regular do direito.
- e) Excesso doloso.

**QUESTÃO 19:**

Mévio, um servidor público, exigiu dinheiro de um comerciante local para garantir que seu estabelecimento não fosse multado durante uma inspeção. Embora Mévio ainda não tenha assumido oficialmente o cargo de inspetor, ele alegou que estava prestes a ser nomeado e que, em razão disso, poderia "facilitar" a situação do comerciante. Com base no Código Penal, a conduta de Mévio caracteriza:

- a) Corrupção passiva.
- b) Peculato.
- c) Concussão.
- d) Corrupção ativa.
- e) Extorsão.

**QUESTÃO 20:**

Um renomado advogado trabalhista, durante a consulta com seu cliente, verificou que ele poderia ter sido vítima do crime de redução à condição análoga à de escravo, conforme previsto no art. 149 do Código Penal. Com base nisso, qual é o órgão competente para ajuizar a ação penal no caso de crime de redução à condição análoga à de escravo?

- a) A Defensoria Pública.
- b) A Polícia Federal.
- c) O Ministério Público Estadual.
- d) O Ministério Público Federal.
- e) O Ministério Público do Trabalho.